

NEWSLETTER MARÇO 2016

EM DESTAQUE



An Independent Member Of
BKR International - In principal
cities worldwide

www.mca.pt

www.bkr.com

Sede: Lisboa
R. Visconde Moreira de Rey, 14
Linda-a-Pastora
2790-447 Queijas

Telf. 21 424 88 40

Fax. 21 424 88 50

Delegações:
Olhão e Portalegre

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016

A Lei nº7-A /2016 de 30 de março aprovou o Orçamento do Estado para 2016 e entrou em vigor em 31 de março de 2016.

Ao nível do IRC é de salientar:

- A alteração dos limites para o participation exemption
- A alteração do prazo de reporte dos prejuízos fiscais para as empresas de maior dimensão (5 anos). Para as empresas abrangidas pelo Decreto-Lei nº 373/2007, o prazo de reporte mantém-se em 5 anos.
- A criação de novas obrigações para empresas incluídas em grupos multinacionais.

LEGISLAÇÃO FISCAL

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016

As Leis nº 7-A, 7-B e 7-C de 2016 aprovam respetivamente o Orçamento do Estado para 2016, as Grandes Opções do Plano para 2016-2019 e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2016-2019.

[Lei n.º 7-A/2016 - Diário da República n.º 62/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-03-30](#)

[Lei n.º 7-B/2016 - Diário da República n.º 63/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-03-31](#)

[Lei n.º 7-C/2016 - Diário da República n.º 63/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-03-31](#)

Relativamente ao Orçamento do Estado para 2016, salientam-se os seguintes aspetos:

IRC

O prazo de reporte de prejuízos fiscais é reduzido de 12 para 5 anos, exceto para os sujeitos passivos abrangidos pelo Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 de novembro (PME).

Participation exemption: são alterados os limites para efeitos de exclusão do lucro tributável dos lucros e reservas distribuídos e de mais ou menos valias de transmissão onerosa de partes sociais. Passa a prever uma participação não inferior a 10% do capital social e detenção pelo período mínimo de 1 ano (anteriormente 5% de participação e 24 meses de período de detenção).

A exclusão do participation exemption de mais e menos valias realizadas mediante transmissão onerosa de partes sociais, quando o valor dos bens imóveis ou dos direitos reais sobre bens imóveis situados em território português, represente direta ou indiretamente mais de 50% do ativo é alargada à transmissão de outros instrumentos de capital próprio associados às partes sociais, designadamente prestações suplementares.

Outras obrigações acessórias

Os livros, registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte, assim como o processo de documentação fiscal devem ser conservados em boa ordem durante o prazo de 10 anos (este prazo é reduzido de 12 para 10 anos).

É aditado um novo artigo (121º-A) que trata de informação financeira e fiscal de grupos multinacionais. As entidades residentes integradas em grupos multinacionais (considera-se cumulativamente os requisitos constantes do referido artigo) passam a estar obrigadas a apresentar uma declaração de informação financeira e fiscal por país ou jurisdição fiscal.

Imposto do selo

A isenção aplicável aos empréstimos com características de suprimentos, incluindo os respetivos juros passa a ser aplicável apenas nos casos em que a participação no capital seja não inferior a 10% e desde que tenha permanecido na sua titularidade durante um ano consecutivo.

OUTRA LEGISLAÇÃO

RETRIBUIÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA- RAM

O Decreto Legislativo Regional 18/2016 aprova o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida para vigorar na Região Autónoma da Madeira.

[Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016/M - Diário da República n.º 60/2016, Série I de 2016-03-28](#)

CONTABILIDADE

CNC – REGULAMENTO PARA O CONTROLO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS CONTABILISTICAS

Foi aprovado no Conselho Geral da CNC de 27 de janeiro de 2016 o Regulamento para o Controlo da Aplicação das Normas Contabilística, o qual prevê a aplicação de coimas para o incumprimento de diversas situações, nomeadamente a não aplicação de qualquer das disposições constantes nas normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis. Os referidos atos serão punidos com coimas de 1.500 euros a 30.000 euros.

PROGRAMAS OPERACIONAIS / APOIOS

[Decreto-Lei n.º 11/2016 - Diário da República n.º 47/2016, Série I de 2016-03-08](#)

Cria uma medida excecional de apoio ao emprego através da redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora, em 0,75 pontos percentuais, relativa às contribuições referentes às remunerações devidas nos meses de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2016 - Diário da República n.º 53/2016, Série I de 2016-03-16](#)

Concretiza a implementação do Mar 2020, através do estabelecimento de prazos para proceder à publicação dos regulamentos específicos das medidas de apoio previstas no Programa Operacional Mar 2020 e determina a abertura de concursos para os DLBC - desenvolvimento local de base comunitária nas Regiões Autónomas

[Lei n.º 7/2016 - Diário da República n.º 54/2016, Série I de 2016-03-17](#)

Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção para os residentes nas regiões autónomas.

INTERPRETAÇÕES/ORIENTAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL

Ofício-circulado n.º 20184/2016, de 14/03

Este ofício presta esclarecimentos sobre a forma de cálculo da derrama estadual / regional no caso de a atividade ser exercida na Zona Franca da Madeira e fora desta Zona Franca, quando seja aplicável o disposto no artigo 36.º do EBF

Ofício-circulado n.º 40114/2016, de 16/03 - Imposto Municipal sobre Imóveis Esclarece o âmbito de isenção de IMI para prédios habitacionais arrendados em regime de arrendamento apoiado para habitação permanente - Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro.

Ofício-circulado n.º 30180/2016, de 31/03

O Orçamento do Estado para 2016 (Lei nº 7-A/2016) introduziu alterações ao Código do IVA, listas anexas e legislação complementar. Este ofício pretende esclarecer as questões mais significativas.

A presente informação destina-se a ser distribuída entre clientes e colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta informação não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem expressa autorização do editor.

Caso deseje obter esclarecimentos adicionais contacte sroc@mca.pt